

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.302 - SC (2018/0275420-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : J A A
ADVOGADO : FERNANDO DE LIZ SANTOS E OUTRO(S) - SC027964
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL- MPF, na petição de fls. 1003/1014, requer a correção da autuação, de modo que passe a constar por extenso o nome do agravante e que seja disponibilizado em consulta ao andamento processual, nos termos do citado precedente dessa E. Corte.

É o relatório. Decido.

Não procede o pleito.

Nos termos do disposto no art. 234-B do Código Penal, o segredo de justiça destina-se ao processo como um todo, não fazendo distinção entre réu e vítima.

Cito precedente:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA. DOSIMETRIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM QUE INCORPOROU A FUNDAMENTAÇÃO EMPREGADA PELO JUIZ SINGULAR. AUSÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. COLOCAÇÃO DO NOME DO ACUSADO POR EXTENSO. INDEFERIMENTO. SEGREDO DE JUSTIÇA. ART. 234-B, DO CP. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

- Correto o indeferimento do pedido ministerial referente à alteração da autuação do presente recurso, com inclusão do nome por extenso do acusado. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que o segredo de justiça determinado pelo artigo 234-B, do Código Penal, destina-se ao processo como um todo, não fazendo distinção entre réu e vítima.

Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 455.454/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 31/10/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

